

Falando da Violência, “Prevenindo” o Crime

Ana Paula Galdeano Cruz – Unicamp/ Brasil¹

"Preparado para apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009."

Resumo: O artigo situa as representações da violência na cidade de São Paulo (Brasil) em diferentes espaços sociais da "periferia" e do "centro". A etnografia e as entrevistas relacionadas às histórias de vida, memórias e performances nos espaços sociais e políticos foram utilizadas para discutir as "teorias da violência" entre ativistas de direitos humanos e moradores “comuns”. Diferentes discursos têm organizado práticas sociais, poder e disputas em ações coletivas para a "prevenção" da violência.

Abstract: The article states the representations of violence in the city of São Paulo (Brazil) in different social spaces, in both working class and upper-middle one. The ethnography and interviews concerned to story of life, memories and performances in the social and political spaces, points out different “theories of violence” among human rights activists and common inhabitants. Different speeches have been organizing social practices, assembling power and disputes in collective actions to crime prevention.

Uma variedade de estudos abordou o tema das representações da violência em perspectiva quantitativa e qualitativa. Zaluar (1994) desenvolveu análises da pesquisa de opinião “O Rio Contra o Crime”, constatando que as variáveis exposições à violência, gênero e idade seriam mais importantes do que a classe social para indicar “o apoio à pena de morte e o apoio às concepções dos trabalhos vinculados à cidadania” (Zaluar, 1999:50). Pesquisadores do CPDOC/FGV realizaram uma ampla pesquisa sobre cidadania, justiça e violência no Rio de Janeiro, demonstrando a precariedade do entendimento das noções de direitos civis e políticos da população, em detrimento dos direitos sociais (Pandolfi, et, al, 1999). Estudos qualitativos tomaram o recorte de classes para indicar que os preconceitos e estereótipos que responsabilizam os pobres pela violência estão difundidos na classe trabalhadora e classe média-alta (Caldeira, 2000); enquanto outros afirmaram que “esse universo de representações sobre o medo, a insegurança, o crime, a violência, os direitos revela uma miríade complexa e multifacetada de valores que torna praticamente impossível identificar consenso em meio a um profundo dissenso” (Adorno, 1999:135). Zaluar e Adorno, ao abordarem as relações entre as representações e políticas, chamaram atenção para a ausência de solidariedade entre os grupos da sociedade, onde os setores da classe média tenderiam a pressionar as autoridades por demandas de lei e ordem, exacerbando as distâncias sociais entre os mais ricos e mais pobres. Estudos etnográficos também se concentraram na imagem dos jovens infratores (Zaluar, 2000 e Gregori, 2000) e dos policiais (Muniz,1999 e Mingardi,1992), indicando o caráter contingente das categorias “perpetradores” e “vítimas”. Também há um relativo consenso de que as opiniões duras da população pressionam o Estado para ações que desrespeitam os direitos humanos (Paixão e Beato,1997). No entanto, há uma lacuna de estudos de caráter propriamente etnográficos que se concentraram nos imaginários de setores organizados da sociedade, que se reúnem em espaços públicos onde se discute a violência, os criminosos e suas formas de contenção. É exatamente nesse terreno que esta pesquisa se insere, resultado de uma pesquisa de doutorado em andamento.

Este artigo discute as diferentes representações sociais dos atores de um grupo seletivo da sociedade: os moradores que frequentam os Conselhos Comunitários de Segurança Pública

¹ Doutoranda do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas.

(Consegs)². Nesses espaços, líderes comunitários, ativistas de direitos humanos, moradores comuns, policiais e técnicos das subprefeituras se reúnem para discutir os problemas locais. A metodologia utilizada foi o trabalho de campo nos Consegs de bairros de “periferia” e “centro” da cidade de São Paulo, além de entrevistas em profundidade que visaram coletar informações sobre a história de vida e trajetória profissional dos moradores organizados nesses espaços públicos. Os universos empíricos da pesquisa são os bairros de Sapopemba - zona leste da cidade de São Paulo, pertencente à região político administrativa de Vila Prudente -; e a região de Campo Belo e adjacências - zona sul da metrópole paulista, que congrega as subprefeituras de Vila Mariana e Santo Amaro. Esses distritos correspondem às áreas circunscritas pelo Conseg Sapopemba e Conseg Campo Belo, que são definidas pelas áreas de cobertura das Delegacias de Polícia.

Acompanhando estudos recentes que consideram a heterogeneidade dos grupos sociais na configuração da metrópole paulista (Marques e Torres, 2005 e Torres, et.al, 2003), considero que as representações da violência são, de fato, multifacetadas, sendo importante considerar as diversas matizes e nuances presentes nos espaços sociais comumente caracterizados como “periferia” e “centro”. Tenho como hipótese que as histórias de vida e as trajetórias profissionais podem informar alguma coisa sobre a multiplicidade de falas e dissensos sobre a violência, seja entre a classe popular e classe média³. O artigo segue duas orientações. Primeiro, descrevo a heterogeneidade dos atores envolvidos na discussão da violência no âmbito local e os princípios de diferenciação entre os moradores que participam dos conselhos. Em segundo lugar, abordo as diferentes causas da violência conforme explicitadas pelos participantes. Ao invés de um conjunto de ações concretas com vistas a minorar o problema da violência, os Consegs são espaços que reproduzem hierarquias sociais (entre os próprios participantes e entre esses os “perpetradores” da violência) e fomentam segregação política do mais pobres. O quadro geral é um cenário de “tramas institucionais” (Gregori, 2000), onde disputas de natureza institucional e simbólicas dificultam o estabelecimento de ações concretas para resolver os problemas.

1. O “centro”: o desgosto da “mistura” com os pobres

Os bairros que compõem o distrito de Campo Belo e Moema estão entre as melhores taxas sócias econômicas da cidade de São Paulo, no que se refere à renda, escolaridade e emprego. Na região de Campo Belo, os crimes contra o patrimônio são mais frequentes, além dos seqüestros e roubos a banco. Mas esses não eram os problemas discutidos pelos moradores. As vinte e nove favelas nas regiões político administrativas de Vila Mariana e Santo Amaro é que causavam a sensação de insegurança, além da prostituição de rua e de bordéis que existiam na região no momento em que a pesquisa de campo foi realizada. Em geral, os moradores das favelas não freqüentavam o Conseg. Quando eram incorporados discursivamente, trata-se de

² Os Consegs foram criados em 1985 pelo então governador Franco Montoro, e continuam em curso sob coordenação da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP).

³ Não tratamos o “centro” e a “periferia”, como um homogêneo grupo de pessoas posicionadas de forma estanque nas chamadas classes média e classe popular, que tradicionalmente são utilizadas para designar os bairros estudados. Isso porque, caracterizar moradores como dois grupos homogêneos não nos ajuda a descrever a heterogeneidade de posições e relações sociais e opiniões em relações aos problemas e soluções da violência. Não se trata, obviamente, de negar a validade dessas categorias, mas de chamar a atenção para a necessidade de encontrar as diferenças, heterogeneidades e tensões entre os moradores desses bairros, para entender de que forma essas configurações estão relacionadas às multifacetadas posições sociais e políticas sobre a insegurança no bairro. Trata-se de chamar atenção para o fato de que dentro de um território há uma série de grupos ou frações de classe cujos imaginários sobre a violência *não* parecem ser uniformes.

apontar o tráfico de drogas, “uma bandeira exposta do PCC”, a exploração de jovens e idosos como “aviões” do tráfico e, como solução, a necessidade da remoção dos barracos. A ocupação de terrenos públicos configuraria infração da lei, invasão do patrimônio público e ameaça do patrimônio privado, o que mereceria ação legal – via Ministério Público - e policial, para remoção das famílias e realocação das populações na periferia. As mesmas ações era demandadas para o combate do “problema da prostituição”.

Os participantes do Conseg do centro eram predominantemente da classe média e classe média alta, em geral filhos de funcionários modestos, militares e pequenos comerciantes, alguns dos quais ascenderam socialmente em relação a família de origem. Apenas esporadicamente alguns representantes dos moradores mais pobres compareciam aos encontros, quando se davam os embates mais tensos. Mas as hostilidades também ocorreriam entre os grupos de classe média e média-alta, que frequentavam os encontros assiduamente.

As hostilidades entre os participantes que gozavam de maior e menor prestígio eram frequentes. As diferentes hierarquias sociais eram compartilhadas entre os moradores e, tudo indica, as redes de relações sociais respeitavam o status dos bairros em função de, pelo menos, três fatores: (a) a posição social conferida pelo local de moradia; (b) a relação mais ou menos próxima dos moradores da “pior” e da “melhor” parte com os “perpetradores” da violência e (c) as disputas e entre as organizações civis presentes nos conselhos. Existiam heterogeneidades internas entre o grupo de participantes, que indicavam clivagens de frações de classe no interior do próprio distrito. Essas diferenças implicavam na desigualdade de poder entre moradores, o que eram visíveis dentro dos encontros do Conseg e fora deles.

As mulheres diligentes da região central

Os moradores da classe média ascendente viviam na parte mais “nobre” do bairro. A região central de Campo Belo sofreu um *boom* imobiliário na década de 80. As casas construídas por funcionários públicos modestos em chácaras loteadas, entre 1915 e 1940, deram lugar a verticalização do bairro, hoje composto por prédios de apartamento para a classe média e média alta (Castro, 2006). O bairro se tornou um híbrido dessas habitações antigas e os empreendimentos imobiliários mais recentes. O comércio se desenvolveu, mas havia um claro sentimento de declínio da qualidade de vida entre os moradores, consequência do adensamento populacional, trânsito tumultuado, poluição e falta de áreas verdes. Enquanto os bairros vizinhos – Moema e Itaim – consolidaram-se como bairros privilegiados pela proximidade do Parque Ibirapuera e pela intensa vida boêmia, Campo Belo desenvolveu um tipo de lazer considerado inferior pelos próprios moradores - “*bar, bingo e bordel*” - e a mistura com a população pobre e “favelada”⁴.

As pessoas de classe média alta de Campo Belo, moradoras da região central do bairro, estavam relativamente preservadas do contato cotidiano com os moradores das favelas que residiam mais ao sul do bairro, na Avenida Águas Espraiadas. Elas estavam livres de uma convivência intensa com os barracos e com a “mistura” com os pobres, mas, de toda forma, moravam ali e não estavam livres do convívio com os cortiços que ocupavam as casas mais

⁴ A par dos problemas que eram sentidos como declínio da qualidade de vida, a região central de Campo Belo abrigava moradores de classe média e média-alta que foram protagonistas de crimes violentos recentes. Suzane Von Richthofen, então com 18 anos, matou os pais junto com o namorado, morador do Jardim Aeroporto. Carla Cepolina, é acusada de ter matado o coronel da reserva da Polícia Militar Ubiratan Guimarães, seu namorado, conhecido por ter estado no comando do grupo de policiais responsáveis pelo “Massacre do Carandiru”, onde 111 presos foram executados. Em matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, cujo título é “Duas histórias de crime dão fama à rua da zona sul”, ressalta-se que “criminosos não estão na rua, mas dentro da casa”. Esses crimes, no entanto, não eram objeto de discussão. Os problemas do bairro não se enquadravam no problema dos homicídios. Os crimes perpetrados pela classe média eram tratados como desvio e exceção, resultado da desestruturação familiar que também ocorre na classe média.

antigas da região e das casas de massagem – “*pequenas, vulgares, barulhentas*” - consideradas bordéis disfarçados que exploravam a prostituição infantil, “*o câncer da região*”, de acordo com um delegado.

Um grupo de mulheres da classe média alta, com mais de 50 anos, cuja trajetória é marcada pela ascensão social, apresentava-se como o grupo dirigente dos encontros do Conseg. As duas entrevistadas em que me concentrei tinham vínculo muito próximo com bairros considerados mais nobres, por motivo de trabalho ou pretensão de mudança de domicílio. Não se tratava de uma elite econômica, mas de pessoas que ascenderam socialmente através do trabalho ou do casamento. Essas mulheres expressavam seus descontentamentos com a configuração atual do bairro com tamanha convicção e força persuasiva, que grande parte dos demais participantes as consideravam diligentes e tendiam a concordar com a maneira como os problemas do bairro eram colocados. Esse grupo era representado por Vera, então presidente do Conseg, 54 anos, neta de militar, que cresceu respeitando o modelo de polícia que o avô representava. E Luíza, advogada, aproximadamente 60 anos, filha de imigrantes europeus, freqüentemente ovacionada por suas sugestões para resolver os problemas através do Judiciário. O capital político de Vera e a linguagem jurídica de Luíza contribuíam muito para a legitimidade nos encontros.

Essas mulheres tiveram a infância e a adolescência privilegiadas quando comparado aos outros moradores que narraram uma vida marcada desde muito cedo pelo trabalho. Suas memórias sobre o passado são muito positivas. Elas, mais do que os outros entrevistados, marcam que suas histórias de vida foram espelhadas em figuras masculinas (como pai ou o avô), cujas trajetórias profissionais foram construídas pelo respeito às leis, honestidade e ordem. Essas mulheres se dedicaram aos estudos e à profissão, dando continuidade ao projeto de ascensão social iniciado pela família de origem. Durante a Ditadura Militar, Luíza cursava Direito no Mackenzie, tendo participado do PLA (Partido Libertador Acadêmico), sem ter se envolvido “*de forma tão direta*”; viu amigos sendo presos, torturados e exilados no exterior. Vera não relatou ter acompanhado tão de perto as perseguições políticas daquele período. Ambas ingressaram em cargos públicos e se dedicaram a eles, paralelamente ao projeto da constituição da família, alcançando colocações distintas dentro de suas especialidades (professora e advogada, respectivamente). Enquanto Vera saiu da sala de aula e começou a se dedicar a projetos juntos aos alunos, Luíza ocupou cargos importantes da carreira jurídica, chegando a presidir uma associação de classe.

Vera considerou que teve uma infância feliz em um bairro da zona leste de São Paulo: “*Fui uma menina que posso dizer que tive tudo. Apesar de meus pais não terem poder aquisitivo alto, meu avô tinha; então tudo o que eu sonhava ele comprava, era só dizer*”. Casou-se cedo e, a despeito das dificuldades pelas quais passou depois de casada, quando se mudou para o Morumbi – momento em que trabalhava, cuidava dos filhos e enfrentou problemas graves de saúde na família -, ela conservou seu capital simbólico. Casou-se pela segunda vez após mais de 10 anos de namoro, com um homem que foi preso político e torturado durante os anos de Ditadura Militar, o que favorecia sua crença em valores de “liberdade e justiça”. Apesar da “*criança geniosa*” que foi, seu perfil foi equilibrado na maturidade, de acordo com ela; o trabalho de professora e orientadora sexual lhe proporcionou “*ouvir o diferente*”.

O perfil descrito por ela “casa” bem com sua postura nos encontros e boa parte dos comentários a seu respeito coletados durante a pesquisa, que a caracteriza como uma mulher “lutadora”, “combativa” e “diligente”. Vera foi uma das principais protagonistas na reativação dos Conseg, disputando o interesse de formar uma chapa com pessoas vinculadas a partidos políticos que tradicionalmente ocupavam a liderança dos encontros. Nesse processo ela teve o apoio de outros moradores, sobretudo aqueles ligados à classe média organizada do bairro, como Fausto, presidente de uma associação de bairro de Campo Belo, também insatisfeito com o caráter partidário que os antigos dirigentes do Conseg haviam imprimido na gestão anterior. De acordo com Fausto - que foi detido nos anos de ditadura por conta de seu envolvimento no

movimento estudantil -, não havia nenhuma influência da sociedade nas demandas feitas ao Estado e Vera “conseguiu levantar o Conseg”.

Vera, sem dúvida, era uma das oradoras privilegiadas nos encontros quando se tratava de chamar atenção para o hiato entre a insegurança, os altos impostos e a ineficiência das instituições públicas para resolver os problemas do bairro. Vera tinha grande disposição em se relacionar com a Polícia Militar, instituição que ela aprendeu a respeitar desde a infância, e maior capital social no que diz respeito aos recursos baseados nas relações com os policiais e representante da subprefeitura, em virtude das relações de aproximação que estabeleceu ao longo de sua gestão como presidente do Conseg. Ela conseguiu apoio da Polícia e da subprefeitura para fechar casas de massagem no Campo Belo, que atuaram em operações conjuntas para lacrar esses estabelecimentos, além de mobilizar a mídia para a publicação de matérias que denunciavam a prostituição infantil. Foi em sua gestão que o problema das casas de massagem foram paliativamente resolvidos. Não obstante, havia uma dificuldade em incorporar os direitos políticos das representantes das prostitutas e travestis nos encontros porque *“hoje, quando você tira uma prostituta ou um travesti que está em atitude não permitida, nu ou com gestos, você leva pra delegacia e imediatamente aparece a ONG das prostitutas negras, das vesgas, da verde, da amarela, pelos direitos delas. Todas, pelos direitos delas.”*

Alguns moradores dos bairros adjacentes, a consideravam “arrogante” e avaliavam que existia diferença de tratamento entre os bairros “melhores” e “piores”, como aconteceu em um dos encontros:

[...] a representante de uma associação do bairro Jardim Aeroporto insinuou que havia diferenças de tratamento entre os participantes, por parte da presidente do Conseg [Vera], moradora da região central de Campo Belo. A representante da associação reclamou que suas questões não haviam sido priorizadas: *Tem uns que se levantam [passando na frente da ordem estabelecida para os discursos], e outros são abafados. Eu não fui ouvida.* A presidente do Conseg, Vera, explicou em tom de ironia: *Eu separei por região. Faz questão de ser a primeira? Tá bom, na próxima [reunião] você vai ser a primeira.* Além disso, a representante de associação de bairro do Jardim Aeroporto tratava o Capitão da Polícia Militar pelo primeiro nome, o que repercutiu na manifestação de outra mulher, aparentemente da mesma idade, que achou *um desrespeito a maneira [informal] como ‘aquela senhora’ se dirige a uma autoridade.* Além de se abster da formalidade, “aquela senhora” trajava camiseta regata branca e calça de moletom azul, não estava maquiada, não usava brincos e outros adornos, com exceção de uma aliança na mão esquerda, o cabelo era preso por grampos - uma aparência que destoava das outras mulheres com cabelos escovados e discretamente maquiadas.

As hostilidades entre os moradores revelavam que os *habitus* entre os moradores eram acionados como princípios de distinção e poder. Vestir-se bem e falar bem eram atributos que conferiam maior capital simbólico, sobretudo entre as mulheres, e revelavam uma posição social distintiva em relação àquelas que não demonstravam ter o mesmo capital. Quando os participantes descuidavam desses atributos e deixavam ver condutas pouco afinadas com os princípios socialmente valorizados, acabavam por perder controle em relação à imagem que os demais faziam dele, oferecendo ao “oponente” um “ponto frágil” mediante o qual era frequentemente criticado (Goffman, 2007). Tais princípios (ou atributos) eram acionados para diferenciar mulheres que moravam no mesmo bairro, mas em regiões consideradas mais e menos nobres.

As mulheres que moravam na região central de Campo Belo e que tinham vínculo com os bairros mais nobres da cidade, também sentiam que a localização de seu bairro na região político-administrativa de Santo Amaro não correspondia ao *status* do bairro. Vera considerava que o bairro de Campo Belo apresentava um perfil “diferente” dos demais bairros da região administrativa de Santo Amaro, por ser mais próximo da região de Vila Mariana. O perfil popular e de periferia dos bairros de Santo Amaro e Campo Limpo não seria compatível, em sua opinião, com *status* de Campo Belo. Basta pensar no comércio popular do Largo Treze de Maio,

em Santo Amaro, onde predomina a venda de produtos nordestinos, trabalhadores ambulantes e “casas de massagem”, para imaginar as características pouco valorizadas pelos moradores.

Para além dos princípios de distinção caracterizados pela indumentária e linguagem, outros instrumentos de poder eram disputados. Vera explicou que as desavenças com os representantes de associação de bairros tinham relação com a luta pelo poder político. De acordo com ela, os representantes de associação de bairro participavam dos encontros para estabelecer contato direto com as autoridades públicas e “*atuar por cima*”, em nome próprio, para conquistar as demandas do bairro. A disputa, portanto, se enquadrava também em relação ao capital social que poderia ser estabelecido ao longo dos encontros, mediante a capacidade de estabelecer relações de aproximação com as autoridades públicas. Não obstante, era claro que essa fração de classe – mulheres diligentes com mais de 50 anos – apresentava maior capital social em relação aos outros moradores, pois demonstravam ter estabelecido uma rede de relações sociais mais próximas com o Estado.

Luíza, advogada, também conquistou o respeito dos moradores em virtude de sua atuação junto ao Judiciário e vínculos com outros espaços públicos para demandar melhorias para o bairro, apresentando um capital jurídico. Antes de me receber em seu escritório em bairro nobre da cidade, ela sugeriu que eu participasse de uma reunião do Plano Diretor para que eu percebesse os “*diferentes movimentos*” que atuavam na região. Era evidente sua intensa participação política na luta por melhorias para o bairro. O interesse de Luíza se referia ao respeito à lei de zoneamento urbano do bairro (pois, se seguido, impossibilitaria a existência de imóveis sendo usados para fins comerciais, como era o caso das casas de massagem), a demanda pela ampliação de áreas verdes e a possibilidade de frear os interesses das corporações imobiliárias que estavam verticalizando o bairro rapidamente. Luíza considerava que tais empreendimentos, junto com os cortiços e as favelas resultavam na baixa qualidade de vida dos moradores. Como advogada, ela sugeria ações junto ao Ministério Público para defender os direitos dos moradores de classe média e média alta do bairro. Ela, através da associação de moradores presidida por Fausto, também entrou com alguns processos junto ao Ministério Público para paralisar obras no Aeroporto de Congonhas, conquistar o fechamento das casas de massagem e também foi advogada contratada por pessoas de classe média, residentes de uma rua localizada em uma parte menos valorizada do bairro, o Jardim Aeroporto, que demandavam a legalização de um muro construído com recursos dos próprios moradores para separá-los dos barracos e recicladores de lixo. O processo reunia elementos para argumentar a insalubridade do local e o pedido para que o muro de separação fosse considerado legal pelo Estado. De acordo com os moradores dessa rua, por conta de outros trabalhos, Luíza repassou o caso para outro advogado.

A rua de classe média e o problema dos barracos: uma “zona de fronteira”

Os moradores do Jardim Aeroporto se definiam como sendo de classe média e residiam nas proximidades da Avenida Washington Luís, já na parte de trás do Aeroporto de Congonhas e da Avenida Águas Espraiadas, mais ao sul da parte central de Campo Belo. Havia uma associação de moradores no Jardim Aeroporto cuja participação enfatizava o problema dos assaltos em passarelas e o problema do trânsito. Mas havia um conjunto de moradores que não eram associados e representados por essa associação. Estabeleci maior contato com Silvia, uma moradora que quando questionada sobre o motivo pelo qual seus interesses não eram representados por associação de bairro, respondeu que havia “*uma divergência*”, a qual não sabia explicar, entre a associação em questão e os dirigentes do Conseg.

Silvia, aproximadamente 55 anos, professora, freqüentava o Conseg havia dois anos para resolver o problema das “invasões de barracos” em sua rua. Essa rua configurava como um espaço de “fronteira” exemplar de outras situações semelhantes, em que ruas de habitações de

classe média passaram a receber moradores desalojados das favelas removidas ou incendiadas. Ela passou a adolescência nessa rua, quando os pais vieram do interior para montar um pequeno comércio, “*quem não trabalhava na loja, trabalhava em casa*”. Eles se estabeleceram nessa rua, na época “*uma chácara grande*” que “*ficava com os vidros abertos o dia inteiro*”. As chácaras deram lugar a terrenos loteados, com habitações de classe média. O terreno da casa dos pais continua ali. Depois de casada, Silvia mudou-se para uma das casas nessa mesma rua. Na década de 70 ou 80 – ela não se lembra bem – deu-se início ao processo de equipar a casa com aparatos de segurança: subir o muro, colocar grade e incluir uma chapa no portão, já que “*a segurança estava arriscada*” por conta da presença dos moradores da favela que cometiam furtos.

Ela recorda que o problema se agravou na gestão de Paulo Maluf (1993-1997). Nessa gestão, a chamada *Operação Águas Espraiadas* foi realizada, consistindo na ampliação da avenida e canalizando o córrego, mas sem considerar a construção das chamadas habitações de interesses social que seriam destinadas à população que morava nas favelas da região, como sugerido em estudo concluído pela EMURB na gestão anterior (Castro, 2000). Ela lembra que “*o Maluf deixou uma espaço bem grande*” entre a avenida e as casas e as áreas que novamente deram lugar às favelas. Após a remoção parte dos moradores foi para a periferia, e novas favelas foram construídas. Silvia acreditava que as mesmas pessoas que conquistaram a habitação popular na periferia voltaram para a região: alugavam seus apartamentos e voltaram a morar nas favelas. Por preguiça de terem que percorrer grandes distâncias até o local de trabalho, e já por estarem “*acomodadas*” em espaços bem servidos de infra-estrutura, as pessoas teriam se acostumado a viver nas favelas bem localizadas e acabaram por concluir que as habitações populares eram um “*grande negócio*”.

O drama de Silvia e seus vizinhos se agravou quando os moradores das favelas “subiram” para os terrenos particulares, em virtude de um incêndio ocorrido na favela. Nesses terrenos foram construídos barracos e um ferro velho, cuja atividade era a reciclagem de lixo. Os moradores dos barracos recebiam materiais recicláveis ou reutilizáveis trazidos pelos carroceiros. A separação do material era feita na rua. Silvia reclamava da sujeira e de objetos que eram deixados em frente de sua casa, ou jogados dentro da casa da mãe. Em visita ao local, pude constatar que, de fato, a rua estava suja, e que havia vários entulhos obstruindo a passagem. Através das demandas feitas ao Conseg, a subprefeitura passou a limpar o terreno e enviar caminhão itinerante de coleta de lixo reciclável. Mas o problema, de acordo com Silvia, não seria resolvido apenas com ações com o objetivo de limpar ou organizar o espaço para a reciclagem. O grande problema estava na tensão entre ela os moradores do barraco, marcada por sociabilidade violenta.

Ela e seu marido começaram a receber ameaças: galinhas degoladas no quintal, vidros apedrejados e ameaças de ter a casa metralhada. Silvia chegou a discutir com o dono do ferro velho que, segundo ela, trazia “*gente do norte*” para alugar barracos que ele mesmo construía⁵. As interações entre eles eram sempre marcadas por relações intersubjetivas violentas:

Silvia - Uma vez eu fiquei atacada. O meu marido e as minhas irmãs ficam atacados comigo porque eu me exponho demais. Mas você chega num limite e já passou do seu limite. Outro dia eu descí lá e fui falar com o homem do ferro velho.

P - O que você falou pra ele?

Silvia - Eu falei pra ele que do jeito que estava as coisas não podiam continuar. Que eu entendia que ele tinha que trabalhar, mas ele tinha que me respeitar. Olha como está a minha casa! Aí o favelado veio, ouviu: ‘Esse pessoal que... porque mora numa casa melhor acha que pode tudo, mas não pode não’. Uma das ameaças foi por causa da

⁵ Como é sabido, o preconceito em relação a pessoas vindas do norte e nordeste é uma forma poderosa de discriminação, como demonstram vários estudos (Vargas, 1993; O’Dougherty, 1998 e Caldeira, 2000).

reclamação do ‘gato’, que eles apedrejaram a casa que era pra aprender a não reclamar deles. Depois, como se não bastasse, disse que apedrejaria a casa. Outra vez, logo em seguida, eles fizeram um despacho e jogaram lá, bem onde entra com o carro. Apareceu um frango com o pescoço cortado, degolado. Por que eles não aproveitaram pra comer já que eles morrem de fome? E é assim Ana Paula. É assim. Mas você não pode se confrontar com eles porque você leva a pior. Tanto é que esse dono do ferro velho, ele falava declaradamente vocês são em dois e nos somos em 300. Isso não é ameaça? (...).

Nesse trecho, Silvia se assume como “*atacada*”. Ela bate-boca com o morador da favela que a acusa de “*poder tudo*” porque ela mora em uma “*casa melhor*”. Na interação com os moradores de barraco, ela se vê como vítima de ameaças porque está em uma situação econômica melhor e obrigada a conviver com pessoas de nível cultural inferior. Ela se coloca em uma posição de superioridade em relação a eles porque “*trabalhou a vida inteira*” enfrentando o trânsito, acordando cedo, enquanto os moradores da favela, em sua opinião, não querem enfrentar as dificuldades típicas dos demais trabalhadores da cidade.

No entanto, sua posição de superioridade é abalada quando comparada aos moradores que frequentam o Conseg. Durante toda a entrevista, ela se colocou em uma posição de inferioridade em relação aos demais moradores, em função da desvalorização das casas de sua rua. Além disso, durante suas narrativas nos encontros, onde descrevia os dramas vividos nas relações interpessoais com os moradores de favela, ela era alvo de chacotas que “*atestavam*” sua inferioridade; alguns burburinhos que seguiam às suas descrições dramáticas reforçavam, aos olhos dos demais, sua posição social inferior: *Nossa, parece descontrolada!*. Ao mesmo tempo, suas narrativas eram capazes de mobilizar o apoio de outros moradores e inflamar o desgosto coletivo pela “*mistura*” com os pobres: em um dos momentos em que ela reclamava da falta de higiene dos moradores de barracos e do tráfico de drogas, alguns moradores diziam: *Tem que matar esse povo* ou *Têm que contratar uns pistoleiros*. Nesse sentido, relações de aproximação e distância se faziam presentes, ao mesmo tempo. Se, por um lado, alguns moradores se identificavam com a desordem e intolerância em relação aos moradores de favela – vistos sempre como sujeitos, incultos, bandidos e não raro, nordestinos -, por outro também se diferenciavam quando a maneira (mais ou menos próxima) de se relacionar com o problema.

Estava claro que os moradores do Jardim Aeroporto não pertenciam à mesma fração de classe dos moradores da região central de Campo Belo. Retomando a noção de classe social indicada por Bourdieu (1984)⁶, os moradores da rua da classe média não ocupavam a mesma posição no espaço social, não dispunham de condições materiais equivalentes e apresentavam diferentes experiências com os moradores de favelas. Enquanto os moradores da classe média alta de Campo Belo se sentiam mais próximos dos bairros nobres da cidade, os moradores da classe média tinham a clara sensação de que sua renda não era compatível para arcar com o custo de vida das áreas mais nobres da cidade. Sem capital econômico necessário, eles não poderiam “*bancar*” o imposto das casas, “*o preço do pão francês*” e outros produtos que são mais caros em áreas mais valorizadas da cidade. As diferenças entre Silvia e os moradores de barraco era, em sua opinião, que ela se contentava com o que tinha e os pobres não se resignavam em viver dentro dos limites da pobreza. Em outras palavras, ela aceitava sua inferioridade, enquanto os pobres, não:

“Mistura entre a classe pobre e a classe média só fomenta o desejo de ter mais que ele [o pobre] tem. Ele pode ter, mas ele não quer trabalhar. Ele quer conseguir fácil. Se não consegue fácil, ele vai tirar de você. Foi o que eu falei pra eles: Por que eu não vou morar no Jardins? Porque eu não tenho condições de bancar o Jardins. Eu tenho que estar onde eu posso bancar a minha sobrevivência. Se eu for morar no Jardins, o pãozinho não custa o que eu pago

⁶ Vale lembrar que, de acordo com Bourdieu, “Pessoas que pertencem à mesma classe são pessoas que ocupam a mesma posição no espaço social. Suas posições são definidas intrinsecamente por condições materiais semelhantes e por semelhantes experiências no mundo social. Relacionalmente, em relação as posições dos outros, como estando acima ou abaixo deles ou entre eles.” (Bourdieu, 1987:06; tradução livre)

aqui, o sorvete (...). Então começa a crescer o olho de querer o que o outro tem. Tudo bem, ele tem todo direito de ter o que o outro tem, só que ele tem que trabalhar para aquilo. Você não pode querer o que o outro tem sentado em casa, tomando cerveja, bebendo o dia inteiro, sentado na calçada. É o que eles fazem. Você sai pra trabalhar e elas [as mulheres residentes nas favelas] estão ali sentadas embaixo da árvore com uma garrafa de cerveja, ou bebendo cerveja, se drogando, que é o que eles fazem aí.”

Entre os fatores que aproximavam moradores, o desagrado em relação à “mistura” era preponderante. Às vezes, Silvia usava palavras de baixo calão para narrar seus problemas, dizendo, por exemplo, que as mulheres das favelas *trepam o dia inteiro*, o que era reprovado e considerado um linguajar impróprio para o encontro. Mas, por outro lado, muitos compartilhavam que a “mistura” era um problema. Mesmo entre aqueles que não se viam obrigados a repartir suas ruas com moradores de barracos, os desgostos causados pela “mistura” com os pobres era visível. Embora houvesse distâncias entre Silvia e os moradores da região central de Campo Belo, as certezas em relação as diferenças contribuíam para que o “problema dos barracos” reforçasse a aproximação entre moradores da classe média e média alta que, a par de suas próprias diferenças, aspiravam à distância em relação aos moradores das favelas.

Entre “palacetes” e casas operárias: a prostituição de rua.

Para me deslocar até a reunião, encontrei-me com Regina em frente a sua casa, um sobrado geminado localizado em rua que lembra vila operária, no bairro Planalto Paulista. Lá estava outra moradora, Cláudia. Entramos no carro e nos dirigimos à casa da presidente da associação de moradores do bairro, Elvira. Ao chegarmos, a motorista disse se tratar do *palacete da [Elvira]*, uma casa localizada no mesmo bairro, porém afastada da avenida e com arquitetura mais moderna. Quando a presidente entrou no carro, mais uma vez, a motorista comentou se tratar de um palacete. Elvira respondeu: *Vocês não sabem o que é um Palacete!* [Seguindo o trajeto, a caminho da reunião, passamos por ruas com grande movimentação de prostitutas e travestis. Na medida em que avistávamos a movimentação entre clientes e profissionais do sexo, as mulheres relatavam o desconforto com a situação. *Que horror!..., Olha o travesti que eu te falei..., Outro dia tinha um com a ‘coisa’ prá fora”...*, *“Eles fazem cocô no chão”*]. Durante a reunião do Conseg, Elvira, a “dona do palacete”, indicou que os problemas do seu bairro e de suas amigas - *do lado de cá da ponte* - eram maiores que dos outros bairros (Campo Belo, Moema e Brooklin).

O bairro Planalto Paulista, pertencente à sub-prefeitura de Vila Mariana, apresenta um híbrido entre ruas com casas que lembram vilas operárias e habitações de classe média alta. O trecho acima, retirado de meu caderno de campo, chama atenção para as hierarquias sociais que se configuravam entre os moradores do mesmo bairro e, desses, com demais participantes do Conseg. As moradoras de casas mais simples faziam questão de se diferenciar da presidente de associação de seu bairro, a dona do “*palacete*”, Elvira, apesar de fazerem parte da mesma associação de moradores e do mesmo círculo de vizinhança. Ao mesmo tempo, nota-se a estratégia de Elvira de destacar o espaço social de sua região - e de suas vizinhas - como inferior, mais problemático, na tentativa de chamar atenção do poder público para priorizar as demandas de seu bairro. Embora houvesse hierarquias internas no bairro, havia uma estratégia de reforçar a situação de inferioridade como uma via para dramatizar os problemas vivenciados no bairro e, dessa forma, tentar chamar atenção do poder público.

O trecho ainda indica o desconforto das moradoras em relação à prostituição. Planalto Paulista é um bairro conhecido em São Paulo pelo grande fluxo de prostituição de rua, o que tem arrastado as hostilidades entre moradores, prostitutas e travestis desde a década de 70. Tal qual ocorria com o problema dos cortiços e favelas, a prostituição era um problema moral, também vinculado como vinculado a outros tipos de ilícitos: assaltos, tráfico de drogas e “banditagem” em geral. As travestis seriam comparsas dos bandidos que assaltam as casas e consumidoras de drogas e venda ilegal de bebida alcoólica.

De acordo com um morador, a prostituição teria iniciado na década de 70 com a permanência de mulheres, apenas. Nesse período, embora um morador tenha sido morto em função da vingança de uma prostituta que teria sido agredida fisicamente, o bairro ainda era tranqüilo. No início da década de 80, as travestis (tratadas por *eles* pelo morador), que são “*mais violentos, escandalosos e andam armados*” teriam migrado para o bairro, contribuindo para a verticalização dos imóveis. Nesse período, também teria ocorrido a primeira mobilização da sociedade civil para acabar com o problema: os vizinhos, em geral descendentes de espanhóis e portugueses, reuniram-se numa igreja e decidiram confeccionar faixas com a frase: “*Você está sendo filmado*”. A intenção era atingir os clientes, fazer vigília para anotar as placas dos carros e desmotivar o comércio sexual, ligando para as famílias e delatando-os. O morador, explicou-me como a estratégia possibilitava êxito, abalando a honra dos pais de família: “*Os clientes que procuram os travestis não são ativos, são passivos, então a gente ligava para as famílias, para atingir o consumidor. Eles não voltavam mais*”. A prostituição permanecia como o problema da insegurança. Havia relatos de que as ruas viram bordéis, que camisinhas eram jogadas no chão, que as calçadas se tornam sanitários e que as moradoras eram permanentemente confundidas com prostitutas.

Uma das maneiras encontradas pelos moradores para chamar atenção para o problema foi entrar em contato com a imprensa escrita para pressionar ações por parte do poder público. Como mencionaram no Conseg algumas vezes, a imprensa era um instrumento que funcionava. *Está na hora de chamar a imprensa*, disse Vera em um dos encontros, que também participou de um programa de TV para discutir a questão da prostituição. Entre os meses de maio a junho de 2005, pelo menos duas matérias do jornal *Folha de S.Paulo* tiveram como temática a exploração infantil na zona sul. Uma dessas matérias apresentava um mapa da prostituição nas ruas de São Paulo, com 6 tipos de prostituição: infantil, mulheres, travestis, homens, mista e miserável⁷. A matéria identificava, logo no primeiro parágrafo “a existência de prostituição de adolescentes na Avenida Indianópolis”. A região da zona sul seria a única que teria desenvolvido a “corrupção de menores”, a qual é caracterizada como crime pela legislação penal, além da presença de mulheres e travestis⁸.

Enquanto que em Campo Belo havia uma preocupação dos donos de bordéis eram travesti-los de “casas de massagem”, os bordéis das regiões do bairro São Judas (vizinho mais pobre do Planalto Paulista) - que também não são incluídos como “pontos de prostituição” pela reportagem da *Folha de São Paulo* -, distribuía folhetos à luz do dia. A naturalidade com que o sexo pago era tratado no bairro São Judas resultava, aos olhos das moradoras, na desvalorização das casas e inferioridade do bairro.

Os próprios moradores do Planalto Paulista pareciam diferenciar as regiões a partir do tipo de prostituição e prostitutas que freqüentavam o local. Eles associavam formas de prostituição mais “vulgares” aos “piores” bairros. Elvira, presidente da associação de bairro, caracterizava a região de São Judas pelos travestis “*pobrinhos*” e “*maltratadinhos*”, enquanto a região onde estavam localizadas as melhores casas, inclusive a sua, as travestis e prostitutas eram mais *chics*:

Elvira - Porque você pega da parte da São Judas até onde a Regina mora, os travestis ainda não puderam pôr silicone, são maltratadinhos, são bem pobrinhos ainda, e você vem aqui pro lado da Indianópolis, eles estão parados em carros importados, mesmo as prostitutas.

[outra moradora]: É, eles têm carros importados, visom, cachorrinho, brilhantes.

⁷ *Folha de São Paulo, Caderno C4. Especial Infância Perdida, 17/07/2005*

⁸ De acordo com a mesma matéria, na zona leste estaria prevalecendo prostituição de mulheres e travestis, sendo que em algumas áreas seria de “baixo meretrício, devido ao pouco poder aquisitivo dos clientes”.

Não era de se estranhar, portanto, que houvesse distinção entre o status das regiões em função do tipo de prostituição existente. Na comparação (sempre relacional) entre o bairro mais rico e o bairro mais pobre, as travestis do primeiro usam “*carros importados, visom, cachorrinhos, brilhantes*”, enquanto no segundo os diminutivos “*maltratadinhos*” e “*pobrinhos*” são usados para indicar a inferioridade das travestis que frequentam o bairro. Isso explica a distinção entre as casas e o “*palacete*”, como indicado no trecho etnografado no início desse tópico. Tudo leva a crer que as diferenciações entre os bairros eram feitas de forma corriqueira entre os moradores, que acordavam tacitamente com essas diferenciações, que eram utilizadas cotidianamente nas relações sociais que se estabeleciam no bairro. As diferenças, contudo, eram feitas também dentro dos encontros.

Claudia, moradora que também pertencia à associação de bairro presidida por Elvira, ocupava uma posição muito semelhante à de Silvia durante os encontros do Conseg, quando narrava a sociabilidade violenta com uma travesti,. Nesses momentos, ela sublinhava as situações vexatórias pelas quais passava, em geral acompanhadas de chacotas por parte dos demais participantes. Em um dos encontros, ela reclamou que um travesti bateu na porta de sua casa para ameaçá-la. Ela disse que ligou para a delegacia de polícia e o policial a tratou por “*minha querida*”. Um morador comenta: *Chacota, né?* Outro morador disse em voz baixa: *Essa mulher é tão chata que também...* Claudia continuou narrando sua história. Ela afirmou que o policial a acusou de importunar os travestis e que o atendimento da polícia civil não funcionava na ausência do delegado. Discussão vai, discussão vem, outro morador comenta: *Também, ela provocou.* Claudia, já no final da narrativa, conta o fim do episódio: *Peguei um revólver do meu pai que é militar reformado, tirei a arma e sai pra rua (...). Dei a volta no quarteirão, liguei pra polícia, os policiais foram e disseram que eu estava atrapalhando.* Enquanto ela concluía sua queixa contra a polícia, afirmando que policias jogavam beijo para prostitutas, um morador comentava: *Põe um esparadrapo na boca [dela]!* Claudia parecia não se importar – ou não ouvir – com os comentários depreciativos. A esquina da rua onde morava era ponto de prostituição há algum tempo, o que a incomodava profundamente. Alguns sugeriam que ela estaria utilizando o espaço político para fazer “*terapia de grupo*”, mas outros, em geral aqueles que também sofriam chacotas, percebiam nitidamente que suas falas eram desconsideradas e ela, menosprezada. Danilo - morador de Campo Belo que se considera de classe média alta, 26 anos, branco, cujo pai foi assassinado -, que também era tratado com desdém por seu aparente nervosismo ao articular palavras, comentou a respeito de Claudia: “*[Ela] começou a falar, falar, falar, (...) e o pessoal começou a ficar conversando pra discordar da opinião dela, ou falando muito baixo (...), as duas pessoas que discordaram e conversaram, (...) forjam longe dela*”.

2. A periferia: o lado das “pessoas de bem” e o outro lado

O problema criminal de Sapopemba são os homicídios e roubos de veículos. Também há mais estupros se comparado à região de Campo Belo. Sapopemba é composta por vilas e favelas. As vilas são constituídas de casas simples, gradeadas, que em geral crescem verticalmente na medida em que as famílias também crescem. Muitas pessoas com as quais conversei disseram que suas famílias vieram do norte e do nordeste do país, outras do interior do estado de São Paulo. Conta-se que a região cresceu com a luta pela habitação popular, com grande apoio da igreja católica, encabeçada pela Teologia da Libertação e outras organizações locais organizadas por trabalhadores com experiência sindical.

Com a urbanização, os barracos de muitas favelas foram removidos, o que impulsionou o crescimento de outras favelas já na divisa de São Paulo com outra cidade da Grade São Paulo. Os investimentos em infra-estrutura e lazer não foram suficientes para garantir uma arquitetura urbana segura à população de forma geral – as ruas das vilas são muitas vezes ligadas por

“escadões” com muitos degraus, com pouca ou nenhuma iluminação, o que favorece estupros e homicídios.

O distrito também apresenta clivagens e hierarquias internas quanto à posição de seus moradores na estrutura da estratificação social local. Não morar na favela era o primeiro atributo que o morador “precisava” ter para participar das reuniões do Conseg, já que as famílias de jovens envolvidos no mundo do crime eram acusadas de conivência como a criminalidade. Os moradores das vilas eram os únicos assíduos. Por diversas vezes, os participantes do Conseg Sapopemba chamaram atenção para a ausência de políticas públicas para os mais jovens e recrutamento por parte do tráfico de drogas. Entre os ativistas de direitos humanos, a participação do Conselho Tutelar era mais frequente, enquanto as instituições que atuavam no acompanhamento de medidas de liberdade assistida para jovens infratores – o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) – e orientadas para a denúncia policial – o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS), atuavam de forma mais esporádica.

Entre os problemas apontados no Conseg, há queixas de policiais que “*passam na rua correndo com a viatura*” e “*que batem nos jovens*”; de ausência de valores morais dos jovens e suas famílias (como a diretora de escola que narrou suas dificuldades para lidar com brigas que envolviam armas brancas e de fogo), além de problemas relativos à infra-estrutura urbana. Diante desses problemas, eram acionadas respostas sociais e policiais. Os representantes de entidades de direitos humanos tendiam a pedir, prioritariamente, por políticas públicas para os jovens, pressionando a subprefeitura, uma vez que “*o problema social acaba nas mãos da polícia*” e pelo tratamento baseado nos direitos humanos nas delegacias de polícia e rondas da PM. Outros, que tendiam a imputar o problema à “*falta de valores morais*”, pediam por respostas de policiamento. Outros, ainda, que apontam o jovem duplamente como vítima e agressor, demandavam por políticas públicas e ações policiais. As questões que envolviam o Ministério Público, ao contrário do que ocorria no Conseg do centro, não eram citadas em Sapopemba.

Operários aposentados e a questão das favelas

O projeto de ascensão social predominava na história de vida entre o público de classe média que frequenta os encontros do Conseg. Boa parte dos participantes assíduos eram homens e mulheres mais velhos, que migraram para São Paulo para se dedicar ao trabalho operário. Vindos do norte, nordeste ou do interior do Estado de São Paulo, esses moradores deixaram o trabalho no campo para se juntar à força produtiva das fábricas instaladas em São Paulo e, posteriormente, na região do ABC. Em suas narrativas aparece a infância difícil marcada pela presença do trabalho na lavoura, entre os homens, e, em casa, entre as mulheres. A chegada em São Paulo sempre marca um novo momento na vida: acordar cedo para “*pegar no pesado*” da fábrica, a constituição da família e o planejamento para uma vida melhor.

Os moradores mais velhos que migraram para Sapopemba, hoje com mais de 60 anos, narraram a melhoria da infra-estrutura urbana. Entre as décadas de 70 e 80, eles tiveram que regularizar casas, pagar por luz e asfalto, mobilizando-se através das associações de bairro. Quando chegaram no bairro, apenas uma avenida que atualmente corta o bairro era asfaltada, a avenida Sapopemba. Entre os entrevistados dessa faixa etária, têm-se memória que uma outra importante avenida da região, a avenida Anhaia Melo, era habitada por favelas em toda sua extensão. Apesar da remoção dessa favela e a construção da avenida, tem-se a impressão de que a violência era menor. Havia pequenos furtos de roupas no varal, bacias e bicicleta, perpetrados por “*moleques*” que viviam na favela, como informaram o casal de operários aposentados Seu Tito e Dona Antônia, que consideraram que na Ditadura Militar eles eram “*felizes e não sabiam*”. Os relatos de roubo de automóveis e a banco começaram a aparecer na década de 90. Entre os dois casais aposentados e uma viúva entrevistada, todos haviam sido assaltados.

Embora houvesse uma percepção de que nem todos os moradores da favela eram bandidos, os moradores da classe média se diferenciam dos “favelados”. A entrevista de Seu Bernardo, 66 anos, ex-operário e presidente de associação de bairro envolvido no movimento pela construção de conjuntos habitacionais na região - também com forte envolvimento em greves operárias-, é emblemática do caráter fluido das narrativas sobre os direitos dos “favelados”:

Seu Bernardo - Era solteiro e a gente já vai entrar na questão da violência, da vulnerabilidade. De situações de porque é da favela... a favela que traz a violência... não é bem isso. A gente viu a favela crescer... nasceu, cresceu, saiu, e não nós tivemos naqueles anos nenhum problema de violência com os moradores locais, não tinha roubo, as ruas escuras, a gente andava tranqüilo e não tinha crime, essa coisa da violência... o vício, o consumo de droga - claro, a população era menor -, mas era bem escondido, bem enrustido. O que foi acontecendo depois, a violência, o crescimento das situações de violência, de vulnerabilidade, de enfrentamento... [foi] depois que terminou a favela e aí, aí eu digo pra você, essa situação foi se construindo com os nossos próprios filhos que nasceram aqui, que não eram da favela. Não era da favela! E aí foi criando essa situação. Quantos jovens aqui... eu mesmo perdi um filho, vítima das drogas, com 19 anos. (...)

P - Tinha uma favela e essas pessoas foram removidas para outros locais?

Seu Bernardo - Foram removidas na construção da avenida, removidas no governo do prefeito Jânio Quadros, foram removidas para o São Nicolau, que é uma área também muito violenta. Mas não ficaram, não ficam. Deram casa pra eles... deram não, comercializaram pra eles, mas dificilmente fica, acabam vendendo e voltando de novo pra outra moradia irregular.

P - Por quê? O que causa esse trânsito das pessoas?

Seu Bernardo - Isso, pela experiência própria no movimento de moradia, que a gente foi tendo mais clareza por quê. As pessoas não querem ter compromisso social, eles não querem estar organizados. Vai morar em casa, vai vir a conta de luz regularizada, impostos, a água, tudo isso aí é um benefício que tem custo e eles não se adaptam a isso e eles voltam aos seus lugares de origem.

P - Não se adapta, ou não tem dinheiro?

Seu Bernardo - Uns não tem dinheiro, outros não querem pagar, porque eu sou testemunha disso e tem muitos que saíram de moradia irregular, da favela, a gente visitava muito quem morava em favela, pelo movimento de moradia, a gente ia buscar e via que embora morando em um barraco, eles tinham mais equipamentos eletrodomésticos do que eu, por exemplo, naquele momento. Eu vim ter uma televisão, um vídeo cassete, quando eu trabalhava na fábrica, em 85. (...)

A favela não é reduto absoluto do mal. Para Seu Bernardo, o “antes” calmo e o “depois” violento não é marcado por uma ruptura imposta pelo fim da favela. Seu próprio filho morreu em decorrência do uso de drogas, cuja inserção na comunidade coincidiu com a remoção da grande favela na região. Segundo ele, a morte de seu filho esteve relacionada com a ausência de atividades de lazer, a dificuldade dele e da esposa em permanecerem mais tempo em casa em função do trabalho e a própria inserção das drogas em São Paulo. Mas essa percepção não exclui a visão depreciativa dos favelados. De acordo com Seu Bernardo, os moradores de favela são “acomodados” e não querem pagar impostos - uma representação muito semelhante dos moradores da região centro-sul - desconsiderando os “distintos modos de vida” dos moradores que vivem nesse espaço social (Borges, 2006).

Quando visitei um conjunto habitacional com Seu Bernardo, perguntei à síndica do prédio como se dava a sociabilidade dos moradores vindos de lugares tão diferentes da cidade. Ela respondeu que os moradores provenientes das favelas tinham mais facilidade de se adaptar às regras estabelecidas pelo condomínio, na medida em que já vinham de espaços onde “*respeitar as regras*” era imperativo para a convivência. Apesar da falta de consenso entre Seu Bernardo e a moradora do conjunto habitacional, a experiência como líder do movimento de habitação popular era o que embasa sua afirmação de que os moradores de favela não se adaptam à casa própria porque não querem pagar impostos, ao mesmo tempo em que moram em barracos equipados como modernos eletrodomésticos, que ele mesmo demorou muito tempo para adquirir. Dessa forma, o grupo de aposentados da classe média da periferia, integrantes da chamada classe popular, além dos moradores de classe média do centro, tendem a questionar a inclusão dos “favelados” no mundo do consumo, desconsiderando processos econômicos de

ampliação de crédito e estratégias do mercado que têm se voltado para os segmentos mais pobres, o que também inclui pessoas os moradores de favelas⁹.

Não obstante, havia um consenso entre Seu Bernardo e a síndica do conjunto habitacional no que se referia ao envolvimento de jovens no mundo do crime, inclusive dentro do próprio conjunto habitacional. E, nesse ponto, a experiência das famílias que conquistaram a casa própria coincidia com a experiência do líder comunitário que perdeu seu filho, morto em decorrência do uso de drogas. O problema dos jovens moradores da periferia era a ausência de políticas públicas para jovens, capazes de competir com as vantagens estabelecidas pelo mundo do crime. *Estamos perdendo nossos filhos para o tráfico*, alertava Seu Bernardo durante os encontros.

O discurso de outra moradora, Cidinha, 60 anos, ex-operária, viúva, com filhos adultos, é exemplar para perceber os conflitos e hierarquias sociais que conformam as relações entre moradores de classe média, favelados e jovens infratores. Não houve rupturas em seu projeto de ascensão social. Hoje, com dois filhos adultos e empregados (um é *sommelier* e outro é vendedor), e recebendo a aposentadoria do marido, seu plano era vender a casa e se mudar de São Paulo. Mas não encontrava comprador disposto a pagar o valor da casa porque “*o bairro não compensa*”. Sua esperança era a valorização do imóvel a partir da instalação do batalhão da polícia no bairro, que já estava em andamento no momento da entrevista. O controle da favela, assim como ocorreu com Silvia, era desejado: “*os favelados tão ferrados com nós aqui em cima porque fomos nós que conseguimos colocar esse batalhão ai*”, afirmou Cidinha.

Para ela, o que melhorou no bairro foi “*o esforço do povo de fazer casas bem feitas*”. Sua casa, sem dúvida, era a mais imponente da rua: possuía três andares, era recém pintada e equipada com aparelhos eletrônicos, além de acessórios considerados de luxo, como banheira. Na parte superior, como é comum em outras residências, há um terraço amplo para área de lazer, de onde ela indicou uma outra residência cujos vizinhos perturbavam sua paz. Ela diferenciava os moradores entre os que estão “*em baixo*” (na favela) e “*em cima*” (na vila). E entre esses últimos, os proprietários e os inquilinos. Vejamos como essas diferenças se colocam em seu discurso:

P - Mas os vizinhos sabem e apóiam [sua participação no Conseg]?

Cidinha - Aqui, todos da parte de cima sabem e apóiam, só não apóia uma favela que tem aí em baixo porque aí, minha filha, tem que ó...

P - Você acha que as pessoas que cometem os crimes moram nas favelas?

Cidinha - Não, não é não viu. Eu conheço gente aqui que não mora em favela e ele nem rouba, ele tem os comparsas dele [para] roubar. E é gente finíssima. Esses caras sábios mesmo, eles não roubam, bota laranja pra fazer pra ele. E acho que onde esses bestas da favela vai, eu acho que é isso. Tô certa ou tô errada?

(...)

P - O que você acha que um policial tem que fazer?

Cidinha - Eu acho que o policial tem que fazer o seguinte: ‘Ó meu, não é só você que mora aqui, tem mais gente. Na rua não é lugar de festinha à noite inteira. Mas eles falam que na rua ninguém manda, que é publica. Mas na hora de pagar a luz e o asfalto, sou eu que pago, né?’

P - Eles não pagaram?

F - Sei lá, eles só moram de aluguel. Quem paga imposto caro aqui sou eu, asfalto foi eu, eles não pagam asfalto. Luz sou eu. Os donos que pagam. Mas casa de aluguel é uma droga, né? Pra bairro residencial. Era bom se fosse tudo dono. O [x] é dono, o [y] é dono e não causa problema pra ninguém. Mas é aquela maloca que vem do [nome da favela], veio do diabo de sei lá, fazer inferno na porta da casa da gente. Toda turma é da favela.

P - Mas quem são? São meninas? Uma é irmã da outra, prima? É uma família?

Cidinha - Aqui na frente tem duas que são irmãs, a mãe e um menino. E os meninos vêm tudo aqui cheirar. Outro dia tinha 15 motoqueiros atrás delas, fazendo cavalo de pau, zoando com elas. Parece que faz de propósito. E no

⁹ Ver Caldeira (2000). É de se notar, também, que os critérios para classificar as classes sociais mudaram recentemente. A FGV considera que uma renda familiar igual a R\$ 1.064,00 coloca as famílias na posição de classe média. Em Agosto de 2008, o jornal *O Estado de São Paulo* trouxe a manchete “*Rio, uma faixa social sobe o morro: morador de favela já é considerado de classe média pelo critério da FGV* (Carvalho, 10/08/2008:B11).

fundo da rua, onde eu te mostrei, tem mais três irmãs. Quer dizer, três lá, mas duas aqui, quatro, duas ou três desse lado que também é de aluguel, junta tudo aqui na frente. Isso ficava das 22:00 [...] a noite inteira, faz festa na rua.

P - Mas não são prostitutas...

Cidinha - Se entram lá e faz as coisas, acho que são né? Arruma esses molecão que ficam tudo aí na frente. Quer “dar uma”, vamo lá, quer “dar outra”, vamo lá”. Acho que é assim. Eu penso que é assim, porque um entra e sai de rapazinho.

Os inquilinos, que teriam vindo da favela, são descritos como pessoas que têm comportamentos desviantes: fazem sexo sem discriminação e suas casas seriam reduto de uso de cocaína. Do terraço de sua casa, Cidinha apontou para uma série de pára-choques de carro amontoados, o que seria indicativo de que o local também seria usado para guardar peças de carro roubadas. Apesar do incômodo com os vizinhos, ela não delatava seus vizinhos nos encontros do Conseg. Sua participação reforçava demandas relativas ao saneamento básico, preocupação de outros participantes, homens e mulheres da mesma idade, que reclamavam de ratos, sujeira e córregos não canalizados, além de demandar por policiamento e reclamar da conduta inadequada de policiais que dirigiam em alta velocidade pelo bairro.

Quanto à delação, parece haver diferença entre os moradores que vivem em territórios com alto índice de homicídios, como Sapopemba, e os moradores da região de Campo Belo. Os primeiros são muito menos dispostos a delatar locais onde há tráfico, bandidos e outras ações consideradas ilegais. Como indicam vários trabalhos de campo em favelas do Rio de Janeiro e na classe popular em São Paulo, os moradores de áreas violentas são reféns tanto da polícia (Caldeira, 2000 e Zaluar, 2004) quando dos traficantes (Zaluar, 1985). Em Sapopemba, onde a proximidade entre casas da classe média operária e as favelas são muito próximas, o tráfico e os “acertos” em policiais e bandidos eram bem conhecidos. Seu Bernardo, por exemplo, era categórico ao afirmar que fazia questão de não comentar com outros moradores que ele participava dos encontros porque “*quando fala em Conseg [a pessoa] pensa que todos estão ali pra ser dedo-duro*”.

Com base nos relatos de Seu Bernardo e Cidinha, ambos com mais de 60 anos e ex-operários, é possível realizar comparações a partir dos recortes de classe e geração. Ambos se diferenciam dos favelados, o que significa julgá-los moralmente através de uma suposta “cultura da pobreza” (Zaluar, 1998). Os “criminosos” da favela aparecem como “*laranjas*”, pessoas agenciadas por “*peixes grandes*”, que estão na base do crime, tornando os jovens moradores das favelas os alvos mais visíveis do crime organizado. A inserção no mundo do crime era vista como uma possibilidade para jovens sem oportunidade de cultura, lazer e emprego. Entre esse grupo de moradores, a desolação social que advinha da violência era mais compartilhada, em comparação com os moradores da classe média do centro. Especialmente mais próximos da destruição das famílias envolvidas no tráfico, esses moradores pediam por políticas públicas básicas que já não eram demandas pela classe média no centro, onde os serviços públicos como educação e saúde já haviam sido resolvidos de forma privada, ou mesmo pública, dado a proximidade desses últimos às regiões mais bem servidas de hospitais, escolas, transporte e outros direitos. Ao mesmo tempo, os operários aposentados tinham demandas por segurança pública e policiamento, inclusive de controle policial dos traficantes locais, pelos quais se sentiam coagidos.

Há, evidentemente, várias diferenças entre os operários aposentados. Uma delas é o envolvimento na política. Entre os operários aposentados que entrevistei, seu Bernardo foi o único que se envolveu fortemente em greves e passeatas tendo, posteriormente, se envolvido na liderança na gestão de associação de bairros. O discurso de Seu Bernardo indicava amplo estoque da linguagem dos direitos - o direito à cidade, a parceria com a sociedade civil e a implementação de programas de geração de emprego e renda, saúde, educação e segurança no entorno do conjunto habitacional. Ele via com bons olhos a iniciativa da Secretaria Estadual da Habitação e do CDHU de financiarem a construção dos conjuntos populares. Por outro lado, ele

não apoiava as entidades de direitos humanos que tinham vínculos históricos com Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) e União dos Movimentos de Moradia (UMM), os quais ele considerava “*partidários*”. E, nesse ponto começavam as divergências ele e as entidades de direitos humanos da região. Ao mesmo tempo, os ativistas de direitos humanos consideravam que as associações de bairro que atuaram em parceria com o Estado na área da habitação popular haviam sido “*cooptadas*” pelo poder público¹⁰.

A primeira geração nascida em São Paulo: o trabalho religioso no contexto da violência.

A experiência da violência se mostrou marcante entre os entrevistados da primeira geração nascida em Sapopemba. Isabel tinha 38 anos na época da entrevista. José, 39. Na década de 70, a família de Isabel veio de Minas Gerais e a de José, de Pernambuco. Ambos se recordam muito bem da violência na década de 80. Isabel, solteira, que se define como feminista e negra, foi formada pela Teologia da Libertação no momento de efervescência das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) nos bairros pobres. José, casado, com filho, branco, tornou-se evangélico após o início de uma vida adulta marcada pelo desemprego. Isabel se tornou ativista de direitos humanos. José, segurança privado e evangelizador em presídios. A experiência da violência e a religião se interpõem de forma crucial no envolvimento dessas pessoas com os outros moradores do bairro, e em suas escolhas profissionais, bem como a maneira como ele entendem o problema da violência. Começemos por José.

Na década de 80, então com 14 anos, José freqüentava a favela, fumava maconha e cheirava cola com seus amigos e um traficante na favela. Nessa época, os bandidos locais faziam “*mansão*”, roubavam em bairro considerados nobres, como o Morumbi. Ele relata que a execução de um traficante foi fundamental para sua saída das proximidades do mundo do crime, momento em foi salvo por uma igreja pentecostal. Ao longo da entrevista, José conta que trabalhou com o pai em um bar e, concomitantemente, atuava como porteiro no centro da cidade. O pai morreu, ele assumiu o bar e cuidou da mãe enferma, que morreria logo depois. Ele ficou “*sem mulher pra lavar roupa, cozinhar*”, casou-se e ingressou definitivamente na igreja evangélica. Foi quando decidiu transformar o bar em outro negócio, porque, em sua opinião, há um paradoxo entre servir à Deus e vender bebida alcoólica. Ele também decidiu se afastar do comércio porque “*todo dono de bar, dono de boteco, todos são ignorantes, gostam de falar alto, gostam de andar só de bermuda, sem camisa. Por que? Porque é um verdadeiro ignorante, não tem estudo, não tem nada.*” O negócio faliu, a esposa estava grávida e José, desempregado. Ele fez um “*propósito com Deus*”. Emocionado, ele contou que “*punha o rosto num pó da terra e ficava lá clamando a Deus*”. À igreja ele atribui sua volta à escola e o fato de ter se tornado um pequeno empresário no ramo de segurança privada:

“Hoje em dia eu estou com vinte e cinco lojas, tomo conta. Hoje em dia eu dou emprego para as outras pessoas. Têm seis pessoas que trabalha pra mim. Eles não ganham mal, eles ganham bem. São seis pais de família que trabalham pra mim. E lá atrás eu passava fome, não tinha nenhum emprego. E hoje em dia Deus me abençoou, me deu do bom e do melhor. E hoje em dia eu dou emprego para outras pessoas que estão precisando”.

¹⁰ Os movimentos de habitação apoiados pelas entidades de direitos humanos demandavam não apenas a participação da comunidade nos mutirões, mas “sentar” com o poder público para definir as plantas das residências, e articular uma série de questões que diziam respeito à implementação de equipamentos de saúde, programas de geração de renda, educação etc. Embora esses tenham tido sucesso em discutir os projetos de habitação popular na gestão de Mário Covas, os governos posteriores decidiram por formar parcerias através das Comissões Gestoras, como essa em que Seu Bernardo participou, o que era entendido com um processo de “desmobilização” dos movimentos populares e “cooptação” de líderes comunitários. Como concluiu um ativista ligado à habitação e vinculado ao CEDECA, “fazer um convênio pra você não ter participação é melhor esperar a empreiteira fazer, a gente tem alguns princípios. E o princípio da autogestão e da participação popular a gente não abre mão, do acompanhamento, de discutir”.

Para ele, ser membro do Conseg é estar ao lado de “*peessoas de bem*”, “*do lado da polícia*” e contra o tráfico de drogas e as quadrilhas. Entre os “*maus elementos*”, estariam aqueles que têm filhos envolvidos com drogas, que são coniventes ao recebem dinheiro e objetos conquistados através do crime. Ao mesmo tempo, assim como Seu Bernardo e Cidinha, José não acha que a favela seja reduto absoluto da bandidagem. Em sua entrevista ele questionou a imagem da favela como eminentemente perigosa e assinalou para a ausência do Estado, inclusive da polícia, como facilitadores para a entrada de pessoas no mundo do crime. Muitos de seus amigos foram criados na favela e não se envolveram no crime, eles eram “*trabalhadores*” e “*pais de família*”, ainda que nas favelas haveria “*muita coisa errada*”. Embora a opção pelo trabalho colocasse José em uma posição “*moralmente superior*” em relação aos bandidos - como Zaluar (2000:152-160) identificou ser comum ao estudar as “*relativizações e aproximações*” entre trabalhadores e bandidos na Cidade de Deus -, em oposição às pessoas que “*roubam, cheiram e fumam*”, José mantinha um laço religioso e uma proposta salvadora em relação aos encarcerados.

A religiosidade marca uma ruptura em sua vida. Antes da religião ele estava imerso na favela e próximo do crime, depois ele consegue realizar o projeto de ascensão social – estudar e se tornar pequeno empresário. Há, nesse sentido, uma relação entre religião, a possibilidade de levar o projeto de vida adiante e o problema da violência. Para José, a pobreza e a ausência de Estado contribuem para o problema da violência e, sobretudo, “*falta de Deus no coração*”, o que o motivou a evangelizar detentos. Estudos sobre o crescimento da religião pentecostal já indicaram que as redes evangélicas têm tido sucesso em estabelecer redes de ajuda mútua entre “*os irmãos*”, estabelecendo “*laços de confiança*” e trabalhando para a “*valorização da pessoa e das relações pessoais*” (Almeida, 2004:21). É ancorado exatamente nesse preceito de ajuda mútua que José se voltou para salvação individual, embora seu discurso estivesse menos organizado pela busca pela justiça social, como valor universal, como fazem os católicos que se organizaram na região.

O projeto religioso que se desenvolveu nas comunidades pobres com vistas a articular religião e o problema da violência não se limitou às religiões pentecostais, cujo crescimento é mais recente. Na década de 1970 e 1980, as CEBs tiveram um impacto importante nas associações voluntárias das classes populares, com vistas à discussão de soluções para os seus problemas vitais. Tais associações lutavam pela democracia e o combate das injustiças do capitalismo (Peirucci, et. al, 1982), através da interpretação do mundo reverenciada pelo universo laico, “*muitas vezes científica, como o marxismo acadêmico*” (Prandi et. al, 1996:69). Como indica o autor, as CEBs influenciaram, “*de forma decisiva, a formação de diversas organizações sociais, entre movimentos políticos, sindicatos e grupos partidários*” (op.cit:72). Em Sapopemba, essa influência se fez sentir na formação das organizações civis pró-direitos humanos. A trajetória de Isabel é exemplar para reconstruir a mobilização das entidades de direitos de bairro inspirada pelas CEBs. Sua trajetória também aponta para o caminho tomado pelos ativistas de direitos humanos locais educados sob essa formação: no caso de Sapopemba, tal formação resultou numa extensa rede de articulações pró-direitos humanos.

A história de vida de Isabel no bairro é influenciada pela Igreja Católica desde a década de 1970, quando ela aprendeu a “*viver a vida cristã encarnada na realidade*”, através da formação junto a padres e freiras vinculados à Teologia da Libertação. Participando das CEBs desde os 14 anos, ela se envolveu no trabalho comunitário nas favelas e acompanhou a atuação de justiceiros no extermínio de jovens, bem como as execuções promovidas pelos bandidos locais. Aos 18 anos, também inspirada no movimento feminista da década de 1980, ela iniciou seu primeiro trabalho junto a mulheres dispostas a sair da prostituição, “*porque todo mundo sempre usou o slogan meninos de rua, meninos, meninos, mas a maior parte da população é menina*”. Embora o trabalho com as meninas prostitutas tivesse um vínculo claro com a ideologia dos setores de esquerda da Igreja Católica, seu trabalho provocou hostilidades na

comunidade, tanto da parte de fiéis católicos quanto no interior de sua própria família, uma vez que Isabel passou a morar com prostitutas.

A solidão a acompanharia ao longo de sua trajetória profissional, em função das mudanças de domicílio e exílio forçado devidos a ameaças policiais, inclusive de morte, das quais foi vítima. Mas a solidão não estava apenas relacionada com a violência policial, embora essa fosse, sem dúvida, a mais sofrida. De alguma forma, ela se sentia deslocada do seu mundo, entre “os seus” e “os outros”, dado a intensa vida política e o alto grau de escolaridade – foram duas faculdades, uma de Pedagogia e outra de Direito. Nas aulas do curso de direito, por exemplo, os alunos de classe média já sabiam as leis enquanto ela “*estava correndo atrás do português*”. Nas relações de “mistura” com as pessoas de outras classes sociais, ela sentia os preconceitos com um grande sofrimento¹¹.

Na década de 1980 ela esteve envolvida na mobilização que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente e, em seguida, no movimento nacional que resultou na criação dos CEDECAs em todo o país. A reflexão que deu origem a esse caminho foi, de certa forma, um embate com a noção de direitos humanos unicamente para os presos político diagnóstico. Segundo Isabel, “*os Centros de Defesa das Crianças e Adolescentes saem no grito pra dizer, escuta: é importante ter o Centro de Defesa para os presos políticos, mas tem outros presos, que não vêm da classe média, que são tão políticos quanto*”. Posteriormente, ela foi fundadora do CDHS, atuante na denúncia de policiais que agem arbitrariamente na periferia de Sapopemba. Ela era, sem dúvida, uma líder comunitária conhecida por suas ações no campo dos direitos humanos, tendo recebido uma série de prêmios em São Paulo. No âmbito local, mais voltado para os moradores de favela, era também uma líder carismática no sentido weberiano do termo (Weber, 1986:136), não apenas devido ao seu “heroísmo”, “poder intelectual” e “oratória”, mas, também, pela devoção pessoal que inspira e a legitimava socialmente. Como disse um outro ativista, quando se tratava de enfrentar os policiais, “*os olhos dela brilhavam*”. Formada em Direito, tinha o saber jurídico necessário para confrontar qualquer tipo de autoridade. Sua força persuasiva só pode ser comparada a das “mulheres diligentes da região central”. Tida como salvaguarda dos direitos fundamentais dos moradores mais pobres, Isabel tinha clareza que havia se tornado um mito criado pelo “povo”, com todas as dificuldades que isso representava: a devoção e a dependência de uns e o ódio de outros¹².

¹¹ A “mistura” com a classe média era um assunto controverso entre os ativistas de direitos humanos - sendo mais intenso para uns do que para outros. Alguns técnicos do CEDECA eram de classe média e moravam mais ao centro da cidade. Outra grande parcela era de moradores do próprio bairro. Uma das advogadas de classe média, com trajetória no ativismo na questão agrária - e também na área dos direitos da criança e do adolescente -, disse que era preciso provar permanentemente que era “da luta” para que fosse aceita entre os demais técnicos. Para exemplificar esse ponto, ela contou o caso de uma colega, também advogada, que chegava para trabalhar e era recebida, cotidianamente, com a frase: *Tudo bem, branquinha?* Isabel, por outro lado, apontou que nas entrevistas para conquistar o emprego, todos se mostravam comprometidos com Che Guevara e Rigoberta Menchú (líder indígena de grande expressão na Guatemala). Contudo, no cotidiano do trabalho, os procedimentos técnicos acabavam por se mostrar de interesse central para esses técnicos de classe média (e nesse caso, também com perfil universitário), em detrimento da “ideologia”. Para essa moça advogada que fez o relato, a cobrança por ter que demonstrar permanentemente o seu compromisso político era algo sem propósito: nascida no nordeste, filha de pai caminhoneiro que conseguiu adquirir alguma frota, tendo falido posteriormente, ela não se sentia pouco engajada. Ao contrário, durante todo o curso de Direito, pago com esforço, ela sempre fez estágios e trabalhou na área da infância e adolescência. Além disso, tinha forte vínculo e amigos no MST (Movimento Sem Terra).

¹² Retomar Weber (1986:135), aqui, é de grande utilidade: é o “arrebamento emotivo” que o líder carismático provoca que causa a “devoção pessoal”. O líder carismático *não* age buscando o “reconhecimento por parte dos submetidos”, mas o que o move é a própria “crença” e o sentimento de “dever” que exige para si mesmo. Não menos importante é o quadro administrativo que o cerca, “escolhido segundo carisma e vocação pessoais, e não devido à sua qualificação profissional”. Isabel sabia das ambigüidades que sua força carismática provocava.

Sua vida foi orientada pela valorização do princípio ético que leva o fiel a se pensar não como um indivíduo isolado, mas como um sujeito coletivo que vive e sente as dores do mundo, visando a sua transformação através da ação política. Quando foi receber um dos três prêmios por sua atuação na área dos direitos humanos, a faixa comemorativa trazia a frase: *“Isabel somos todos nós”*. O trabalho incessante de formação junto aos mais pobres tinha como objetivo educar e formar as pessoas em direitos humanos e no aprendizado da participação política, partilhando a visão segundo a qual não é o indivíduo que importa, mas o coletivo. Na visão que orienta a prática das CEBs, o problema está na elite econômica e na política opressora, o sobrenatural é deixado de lado em nome da materialidade das classes sociais, da burguesia e do sistema econômico. Nessa linha de juízo, o pecado é a exploração do homem contra o homem (Prandi et. al, 1996:70-71). O combate político da opressão e da miséria se combina com a leitura do mundo onde os “aparatos do Estado” são, em geral, braços da burguesia. Visão de mundo que Isabel reproduziu em várias passagens das entrevistas, com frases tais como *“o poder judiciário é da elite”* ou *“a escola é um mecanismo de controle de Estado”*, ainda que, paradoxalmente, diferenciasses algumas pessoas e grupos do Estado que eram vistos como exceção.

A contribuição política de Isabel se fez ver na base assentada justamente entre os moradores da favela, e menos nos moradores de classe média que ascenderam socialmente. Durante a pesquisa, alguns participantes do Conseg afirmaram não conhecer os trabalhos do CEDECA e CDHS, outros criticavam essas instituições. Tais críticas refletiam as hostilidades identificadas nas relações entre representantes de outras associações locais e os ativistas de direitos humanos. Se aos 18 anos de idade, as relações tensas que se estabeleceram entre ela e os demais moradores advinham de sua proximidade com as prostitutas, a suspeição atual era a de que ela atuava em “defesa dos bandidos”.

A visão de que os ativistas de direitos humanos defendem bandidos (ou *“não denunciam os maus elementos”*) e que eles não se preocupam em ver *“o lado da polícia”* é freqüente. Há também uma visão de que elas são assistencialistas porque tutelam os moradores de favelas. Nas palavras do presidente do Conseg, elas não permitem as pessoas *“andarem com as próprias pernas”*. Além disso, são tidas como entidades vinculadas a partidos de esquerda que não são profissionalizadas, não se preocupam com procedimentos de gestão de políticas públicas, “desperdiçando” os fundos do Estado para a realização de trabalhos com jovens. Outra crítica que chamou atenção foi o discurso que relaciona um suposto uso dos ativistas de direitos humanos para se *“engrandecer”* às custas dos pobres (essa parecia ser uma crítica dirigida à Isabel, ativista que ganhou vários prêmios em razão do ativismo político em defesa dos direitos humanos).

Já na década de 80, momento de grande aposta na organização dos movimentos sociais ligadas à igreja católica, discutia-se alguns riscos impostos às CEBs, como a *“convicção na sabedoria inata e exclusiva das classes desprotegidas”* que poderia dificultar *“o diálogo com outras organizações, bem como a articulação de alianças com outras categorias sociais”* (Peirucci et.al, 1982:79-80). As análises mais recentes sobre as articulações entre política e religião em comunidades pobres (Zaluar, 2006), têm identificado que os ativistas católicos estimulam *“uma atitude tolerante”* em relação a crimes, ao mesmo tempo em que estimulam a mobilização política, enquanto que os evangélicos mantiveram-se em uma postura bem sucedida voltada para a reeducação de criminosos, das famílias e dos filhos, ao mesmo tempo em que mantiveram soluções individualistas para resolver problemas coletivos. De acordo com Zaluar *“enquanto os militantes católicos preferiram o silêncio e a distância em face da ameaçadora presença dos traficantes armados, com uma velada reprovação a estes no seio da comunidade local e uma forte oposição a punições mais severas do Estado, os protestantes escolheram uma proximidade evangélica, tentando salvá-los para aumentar o rebanho”* (Zaluar, 2006:223).

3. Os significados da Violência: as causas e dissensos sobre as formas de contenção

Uma análise mais apurada das causas da violência entre esses moradores organizados, revela a notável multiplicidade de questões que são atribuídas como produtoras e reprodutoras da violência, dentro mesmo da “periferia” e do “centro”. Há um consenso de que a violência é um “problema social”, o que significa classificá-la como resultado da ausência de políticas públicas que deveriam ser formuladas pelo Estado com vistas a minorar a desigualdade social e garantir a “lei e a ordem”. Soma-se à isso, a ineficiência e corrupção que estaria disseminada na polícia, entre os políticos e o judiciário. Até aí, todos concordam, reclamando de um Estado quase ausente ou, quando presente, omissivo na execução de ações consideradas de relevância fundamental, onde a impunidade seria a grande expressão do descaso público com os cidadãos. No entanto, as causas do “problema social” têm desdobramentos diferenciados que implicam na dificuldade de estabelecer consensos entre os participantes.

Os ativistas de direitos humanos explicaram o problema da violência a partir da “violência estrutural” e da “violência policial”, cuja solução deveria levar em conta a ampliação das políticas sociais e dos direitos dos mais pobres e o afastamento de policiais corruptos das corporações. Entre os moradores de classe média e média-alta do centro havia uma idéia arraigada de que problema social da violência gerou uma “desculpa” para os pobres se colocarem como os “coitadinhos do sistema”, em um contexto onde o aumento das políticas de distribuição de renda (como o Bolsa Família) estariam “privilegiando” os mais pobres em detrimento dos pagadores de impostos; embora reconhecessem que a polícia e outras instituições governamentais tivessem bandas corrompidas, eles desconsideravam a “violência policial”. Já os moradores da classe média da “periferia”, também viam o problema social como resultado da ausência de políticas públicas, mas não criticam as políticas de distribuição de renda, embora explicitassem corriqueiramente os “acordos” entre policiais e bandidos. Tomados pelo sentimento de medo e insegurança, esses moradores escolherem o caminho de se aliar aos “bons policiais” com vistas a conquistar policiamento desejado.

Adiante, farei um breve resumo dessas correntes explicativas e indicarei os problemas que essas matrizes colocam para a consecução das políticas de segurança pública e prevenção da violência.

A “violência” para os moradores da periferia

A “violência estrutural” é um termo que apareceu primeiramente no discurso da igreja católica, tendo sido incorporada pela literatura acadêmica nas décadas de 70 e 80. Nessa matriz, a principal causa da violência é a inequidade social (Zaluar, 1999:10). A ineficiência do Estado é vista como uma estratégia proposital que visaria controlar os pobres. Soma-se a isso, a violência policial nas áreas pobres. Como disse Isabel, em uma entrevista realizada logo após aos ataques do PCC em 2006: “*Nós já sabemos como é que é o sistema carcerário, seja pra adolescentes, seja pra adultos; nós sabemos que a questão passa pela questão do controle social. Cadeia e FCB é pra controle social dos mais pobres*”. Essa é uma teoria - difundida sob o rótulo de “política higienista” entre os ativistas de direitos humanos -, que não é mencionada pelos demais participantes da classe média da periferia que demandam o serviço da polícia. A política higienista é muito próxima da tese de Wacquant (2007) sobre o crescimento do encarceramento de jovens nos Estados Unidos, cuja função social teria extensa conexão com a economia desse país, baseado em práticas discriminatórias das instituições policiais e judiciais colocadas em prática nas décadas de 80 e 90.

Para os ativistas, a violência estrutural é resultado de um processo histórico desigual que culminou na marginalização dos setores mais pobres da sociedade. Os ativistas de direitos humanos explicitaram que a escravidão e a Ditadura Militar são parte desse *continuum*, onde o

próprio Estado seria o grande perpetrador - responsável pela explosão das facções criminosas nas penitenciárias e expansão do crime organizado; pela pauperização das famílias, assim como pela utilização de critérios de ocupação, lugar de moradia, idade e cor, para punir. Sob essa perspectiva, a violência estrutural e policial atinge os mais os pobres, também os mais afetados pela desigualdade social e vitimados pelo preconceito das instituições do Sistema de Justiça Criminal e parte da própria sociedade civil e, nesse ponto, estando em consonância com estudos realizados no campo da justiça (Adorno, 1993).

A principal dificuldade da categoria “violência estrutural” foi apontada por Alba Zaluar, para quem o fato da violência ser “sinônimo de desigualdade, exploração, dominação, exclusão, segregação e outros males usualmente associados à pobreza ou discriminação de cor e de gênero”, “não oferece (...) meios para pensar aquelas ações caracterizadas pelo excesso ou controle do uso da força física (ou de seus inúmeros instrumentos) nas interações sociais” (Zaluar, 1999:11). Decorrente dessa visão foi o aparecimento de um “tropos revolucionário” na literatura da década de 1980, onde a violência perpetrada pelo povo era vista como uma resposta às injustiças sociais. Foi Zaluar (2000), mais uma vez, que deu conta desse dilema, demonstrando que não havia nada de revolucionário nas ações dos jovens que se uniam ao tráfico de drogas, cujas “motivações” estavam, ao contrário, no desejo da aquisição de bens materiais e simbólicos valorizados pela sociedade capitalista.

Exatamente pelo terror imposto pelos chefes do tráfico nas comunidades pobres, pelas desolações causadas pela violência perpetrada pelos bandidos locais e pelo fato dos moradores de classe média da “periferia” terem conseguido levar adiante o projeto de ascensão social da família (não raro com percalços), esses moradores demandavam ações de policiamento com vistas a reprimir o tráfico e os assaltos. Eles se recusavam em ver a violência como resultado exclusivo das desigualdades sociais e das ações das polícias, ainda que demandassem, tal qual os ativistas de direitos humanos, ações que pudessem minorar a vulnerabilidade social. Enquanto, para os ativistas, os “perpetradores” da violência eram vítimas incondicionais do sistema, para os moradores de classe média o bandido local deveria ser encarado como “perpetrador”. Os ativistas de base preferiram o importante caminho da denúncia contra policiais arbitrários e do trabalho de assistência aos jovens infratores sem, contudo, se empenhar efetivamente na aproximação com a polícia. Evidentemente, este fato tem relação com os ressentimentos criados em razão das inúmeras experiências de abusos sofridas pelos jovens pobres e os próprios ativistas. Já os moradores de classe média demandavam os trabalhos de parceria junto aos agentes da ordem pública. Essas diferentes orientações nas parcerias políticas demonstravam os projetos dissonantes desses grupos. Somava-se a isso o fato de que as entidades de direitos humanos, com exceção do Conselho Tutelar, não participarem assiduamente dos encontros dos Consegs, o que era entendido pelos moradores da classe média dessa região como um “exemplo” de que os ativistas se limitavam a trabalhar de forma particularista, exclusivamente na defesa dos direitos dos jovens infratores e não da “comunidade” como um todo.

Esse é um cenário dos mais complexos. Por um lado, a postura ativista implica em denunciar o contexto paulista de uma polícia sem controle, que tem atingido preferencialmente os jovens pobres, além dos próprios ativistas, como Isabel, que sofreu várias ameaças de morte que partiram dos agentes encarregados da ordem pública. Por outro lado, a matriz explicativa ancorada na “violência estrutural” dificulta pensar o direito à segurança como um direito demandado por outra parcela da população residente na periferia – exatamente aqueles que ascenderam socialmente, mas que, ainda assim, se consideram pobres. Como indicaram outros autores, a questão da segurança pública sempre foi vista pela esquerda como um problema que seria resolvido automaticamente com o fim das desigualdades sociais (Muniz e Zacchi, 2005), renegando as ações exclusivas na área da segurança pública, como os trabalhos de apoio para a formação e valorização policial (que mais recentemente passaram a ser foco de atenção dos diversos planos de segurança pública produzidos pelo governo federal). Os ativistas de direitos

humanos de Sapopemba apoiaram a implementação das Ouvidorias de Polícia e o Programa de Testemunhas e outras ações orientadas para o controle externo policiais, além das próprias ações locais de denunciar policiais corruptos, empenhando-se em ações de controle externo. Ao mesmo tempo, mantiveram o discurso político de denúncia. Os ativistas se apoiaram no discurso dual do “bom” ou “mau”, voltando-se preferencialmente para esses últimos, o que contribuía – na visão dos policiais e dos moradores de classe média - para a imagem de que os ativistas estavam “do lado dos bandidos”.

Se os ativistas eram rotulados como os que estavam “do lado dos bandidos”, os moradores da classe média também sofriam o estigma de um grupo “*retrógrado*” que, na visão de alguns ativistas, os colocava como pessoas que estavam do “lado dos policiais” e que demandavam segurança privada de uma polícia que é pública. Como apontei anteriormente, é certo que os moradores da classe média reproduzem as hierarquias sociais entre e os favelados. É certo, também, que alguns desses moradores apóiam ações contra os direitos humanos – a exemplo de uma diretora de escola pública que referendava a necessidade de policiais em darem “*tapa no pé da orelha dos jovens*”. Mas essa não era a posição de grande dos moradores participantes do Conseg.

Considero ser importante matizar a idéia de que os pobres são fundamentalmente apoiadores e reprodutores dos preconceitos contra eles mesmos. Estar “do lado da polícia” nos encontros dos Consegs não significa, necessariamente, desconsiderar a violência policial a que os jovens pobres estão submetidos e negar arbitrariedades, ainda que alguns moradores o façam. Não ouvi de nenhum participante do Conseg da periferia – dentro ou fora do encontro – opiniões que legitimavam a pena de morte, por exemplo. É necessário, pois, cautela para afirmar que os moradores organizados da periferia apóiam ações duras por parte da polícia, com exceção da mencionada diretora da escola. Não pretendo negar os imaginários conservadores da população sobre as demandas duras dos policiais sobre os bandidos, mas chamar a atenção para os imaginários desse grupo seletivo de moradores envolvidos na discussão da violência no âmbito local da periferia. O processo freqüente desses em se diferenciarem dos moradores das favelas, não esteve relacionada com demandas generalizada pelo desrespeito e manipulação do corpo outro, a que Caldeira (2000) chamou de “corpo incircuscrito”, e cujo resultado é o deslegitimação dos direitos civis que caracterizam o que a autora chamou de democracia disjuntiva. Não foi na periferia, mas no centro, que vi e ouvi esse desrespeito com mais freqüência.

A “violência” para os moradores do “centro”

Entre os moradores do centro, as causas da violência também derivam de um reconhecimento do problema social. No entanto, os moradores do centro se sentem vitimizados pela ineficiência do Estado por pagarem impostos e terem que conviver com a mistura com os pobres. Como disse uma entrevistada: [A violência é] “*É um problema social, mas é um problema social também conviver com essa coisa [as favelas e a prostituição]*”. Essa matriz explicativa diz respeito à visão segundo a qual os pobres se fazem de vítimas incondicionais das mazelas produzidas pelo Estado, valendo-se do mote de “*coitadinhos*” do sistema, em um contexto de violência marcada pela corrupção e ineficiência do Estado que têm atingido diferentes setores da sociedade, inclusive a classe média e média ascendente. Esse segundo discurso caminha, no limite, para o lado oposto do que afirmam os ativistas de direitos humanos no que se refere às políticas públicas para os mais vulneráveis.

Durante os encontros do centro, o uso de frases que deslegitimam o corpo e os direitos civis dos moradores das favelas e das prostitutas foram muito mais frequentes do que na periferia. “*Tomara que morra*”... “*Só não bati porque*”... “*Daqui à pouco teremos que formar milícias privadas*” foram algumas delas. Foi entre os moradores do centro, especialmente entre

algumas moradoras do Planalto Paulista e um jovem de vinte e seis anos, que a pena de morte foi citada. Mas esse cenário se mostrou, também, nuançado. As mulheres diligentes da região central, não afirmaram ser à favor da pena de morte, embora tendiam a deslegitimar a participação política das representantes das prostitutas no espaço público, como foi mencionado no caso de Vera.

Em comum, esse grupo tendia a supor que o problema social da violência teria gerado uma “*desculpa*” para os mais pobres utilizarem a condição de pobreza para cometer ilegalidades e “*viver na clandestinidade*” ou na “*moleza*”, onerando os pagadores de impostos. Essa é uma explicação muito corrente entre mulheres mais velhas da classe média do centro, ainda verificada no discurso de moradores da classe média da “periferia”, como Cidinha (que se sentiu lesada por ter pagado asfalto enquanto os inquilinos que vieram da favela, não). Mas eram os moradores de classe média e média alta do centro que tendiam a usar esse argumento com mais frequência. Implícito nesse discurso está a idéia de que o direito coletivo da população têm sido “prejudicado” pelo direito individual dos mais pobres. Luiza, advogada, uma das mulheres diligentes da região centro-sul, é emblemática nesse sentido:

“Eu sou contra usar o mote “Eu sou pobre e favelado” pra com isso fazer o que bem entende. Não é assim, você pode ser pobre e favelado mas ter respeito e dignidade, não jogar lixo na rua, não ofender os outros, não roubar, não é assim? O que eu sou contra é o que acontece em função da promiscuidade da vida em favela, tá certo, e que leva esse... essa, essa.... Porque ninguém quer ter uma favela do lado da sua casa. Será que o governador gostaria que tivesse uma favela? Será que o prefeito de São Paulo gostaria que do lado da casa dele tivesse uma favela? É muito fácil você dizer que é um problema social quando o problema social está do lado da casa do outro, entendeu? Agora, eu quero ver se for na sua casa, se você vai dizer assim “Ah, tudo bem, é um problema social”, imagina, ele vai lá e manda desativar no dia seguinte, não é? Então é um problema social, mas é um problema social também conviver com essa coisa. Aliás, eu não sei o que é mais grave, se é estar dentro da favela ou estar fora da favela à mercê desse pessoal, sabe?

E isso é que eu acho também que a gente precisa pensar. Não basta dizer “Coitadinhos, moram na favela”. Quem são os coitadinhos que moram na favela? Quem são eles? Aí é que está. E quem são os coitadinhos que estão aqui embaixo, porque às vezes o fulano trabalhou a vida inteira pra comprar uma casinha aí no... entendeu? Aí vem um favelado rouba tudo que tem lá na casa dele e fica tudo por isso mesmo porque ele é fruto de um problema social.”

A idéia de que os direitos coletivos (entendidos como os direitos dos moradores do bairro) não são respeitados, enquanto os direitos individuais dos moradores dos barracos são preservados, é apoiada no projeto de ascensão social conquistada pela classe média. Dito de outra forma, a classe média trabalhou para conquistar seus bens, sua casa, enquanto os moradores de favela são tratados como “coitadinhos” porque são frutos de um problema social. Tendo construído o projeto de vida em torno da ascensão social (e não da origem social), onde valores como o mérito e o esforço individual são considerados importantíssimos, a desigualdade dos mais pobres em relação aos direitos civis, social, culturais e econômicos, conta pouco. Deriva desta visão da sociedade meritocrática, críticas às políticas de distribuição de renda tal qual o Bolsa Família – chamado ironicamente de “Bolsa Miséria” -, que seria assistencialista na medida em que pretensamente “dá o peixe, mas não ensina a pescar”. Nessas narrativas, a violência continua atrelada a um Estado visto como tradicionalmente ineficiente, em que as políticas de redistribuição de renda viriam a confirmar a ineficiência do Estado para lidar com os pobres. Tomemos as opiniões Luíza, caracterizada como de classe média ascendente, e Silvia, classe média descendente do Campo Belo:

“(...) O Estado é responsável, entende o que eu quero dizer? Nós podemos trabalhar e devemos trabalhar por uma questão de conscientização de cada um, mas o Estado é responsável. Agora tem um outro lado que é o Bolsa Miséria, desculpe, o Bolsa Família [irônica]. O Bolsa Família incentiva às pessoas a não

fazerem nada. (...) Primeiro porque você cria para estas pessoas uma subvida em que elas vão passar o resto da vida delas dependendo de uma ajuda. Elas não se põem à disposição pra trabalhar, não crescem e não melhoram de vida. É interessante pro governo? Muito, porque são estas as pessoas que vão votar pra eles, claro, eles recebem o Bolsa Família, eles dão um voto lá. É o Bolsa Miséria, é o chamado Bolsa Miséria, entendeu? Eles vivem naquela situação de vulnerabilidade. Tudo isso não dá pra mudar de um dia pro outro, por isso que eu tô falando, não dá pra você pegar uma varinha mágica e dizer “Olha, agora daqui pra frente todo mundo vai viver bem”, mas nós podemos consertar o que dá pra consertar, e impedir de fazer o que ainda... acho que tudo, o básico é a educação, educação e trabalho. Se o jovem tiver um local, eu digo as crianças desde pequenininha, tiver um local pra estudar, pra aprender uma profissão, pra ter um esporte durante o dia, ele se direciona pra coisas boas, entende? Agora, se você continuar soltando esse pessoal todo que está aí na favela, ter que tapar os olhos e isto é um problema social, o quê que vai acontecer? Vai acontecer que essas crianças não têm chance. Quer dizer, eu não quero dizer que nenhuma delas talvez com mais qualificação, com mais inteligência, de repente se destaque, mas a maioria já está numa situação de dificuldade extrema para o básico, então tem que mexer, sim, com isso, têm que mexer com as favelas, têm que pôr ordem na bagunça, porque é uma bagunça. Quer dizer, você ser favelado não significa que você tem que jogar lixo no meio da rua. Precisa fazer isso?” [Luiza, moradora do centro]

“Eu sou totalmente contra esse paternalismo da prefeitura que em qualquer lugar o governo federal estadual dar bolsa disso, daquilo. Não tem que dar nada. Dá trabalho. E cada um que consiga pelos seus méritos. É por isso que as coisas estão do jeito que estão. Eu vejo Ana Paula, quando esses alunos recebem coisa que o governo dá é aviãozinho o dia inteiro com a folha do caderno, o lápis apontam até acabar. Eles não valorizam. O governo não tem que dar casa, merenda, material, o que ele tem que dar é prédio, pagar funcionários, os professores, mas não tem que dar caderno, o lápis, o livro.(...)” [Silvia, professora, moradora do centro]

Nesses dois trechos, as políticas de redistribuição de renda são tidas como condenáveis porque estariam incentivando as pessoas a não trabalhar. Além disso, estariam incentivando os moradores de favela a viver na “bagunça” e na sujeira, criando filhos que não valorizam os direitos que possuem, como a educação. Embora moradores da classe popular também tenham preconceito em relação aos moradores de favelas, como exposto no tópico acima, esses moradores não questionaram o Programa Bolsa Família¹³. Outras questão, como racismo, passam despercebidas entre a classe média do centro, enquanto que para a classe média da periferia o preconceito de cor e gênero se mostravam evidentes em um país como o nosso cujas instituições, como disse um operário aposentado da “periferia”, tratam diferentemente “*puta, preto e pobre*”.

Os moradores do centro tendem, ainda, a desconsiderar a violência policial que tem atingido os mais pobres. Mesmo entre aqueles que não apoiam a pena de morte e que valorizam o discurso da “liberdade” e da “justiça”, as desolações sociais causadas pela violência entre os pobres é pouco considerada. Chama atenção, nesse domínio, o discurso das mulheres diligentes da região central que tendo acompanhado os “anos de chumbo” e os sofrimentos de amigos e parentes próximos, pouco consideram os dilemas impostos aos direitos civis dos mais pobres. Tudo indica, como afirma Goldestein (2007) que a classe média que lutou contra a violência policial durante os anos de autoritarismo estão comparativamente silenciadas em relação à violência perpetrada pelos agentes do Estado contra os setores mais pobres.

¹³ Os estudos recentes que trataram de analisar essa política, têm concluído que o programa contribui para a promoção de uma sociedade mais justa e a integração social dentro dos parâmetros da democracia e do universalismo, embora não constitua uma solução única para resolver o problema da pobreza; e que há, de fato, uma preocupação com seu caráter assistencialista, não porque faça com que pessoas se “acomodem” ou não trabalhem, mas porque o Bolsa Família não atinge todos aqueles que se adequam a seu perfil e, sobretudo, porque não se trata de um direito constitucional, mas de uma medida presidencial cuja continuidade não está assegurada (Ferreira, 2007)

Resta sublinhar, por fim, que se torna compreensível as inquietações da classe média do centro em relação aos problemas que sofrem. Adicionalmente, esse grupo de moradores pontuam corretamente a ineficiência do poder pública para dar conta dos problemas sociais e urbanos que a metrópole paulista enfrenta. Mas, tudo indica, também, que é entre esse grupo que as estratégias que reproduzem hierarquias e a segregação política dos representantes das favelas reforçam como mais força as desigualdes sociais. Um dado relevante, cuja limitação desse artigo não permitiu desenvolver, foi a maneira como os policiais civis e militares tendem a deslegitimar os direitos humanos com mais frequência na “periferia”, em comparação ao “centro”.

Bibliografia

- ADORNO, Sérgio. 1993. Crime, justiça penal e igualdade jurídica: os crimes que se contam no tribunal do júri. *Revista USP 21*, São Paulo, mar/mai, 1994, p. 133-51.
- _____. 1999. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. São Paulo. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, outubro.
- ALMEIDA, Ronaldo. 2004. “Religião na Metrópole Paulista”. In: RBCS, Vol.19, n.56, Outubro.
- BORGES, Antonádia. 2006. “Barraco: etnografia dos meios e modos”. In: Fonseca, Cláudia e Brites, Jurema. *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- CALDEIRA, Teresa. 2000. *Cidade de Muros*. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp.
- GREGORI, Maria Filomena. 2000. *Meninos nas ruas: a experiência da viração*. São Paulo: Companhia das Letras
- FERREIRA, Maria Inês Caetano. Programa Bolsa Família e sistema de proteção social no país. *Bahia Análise & Dados*, v. 17, p. 707-719, 2007.
- GOFFMAN, Erving. 2007. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (orgs). 2005. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac.
- MINGARDI, Guaracy. 1992. *Tiras, gansos e truta, cotidiano e reforma da polícia civil*. São Paulo: Scritta Editorial.
- MUNIZ, Jacqueline. 1999. “Ser Policial é sobretudo uma Razão de Ser”: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro”. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.
- MUNIZ, Jacqueline e ZACCHI, J.M. “Avanços, Frustrações e Desafios para uma política Progressista, Democrática e Efetiva de Segurança Pública no Brasil”. In: Escobar, S. (org). 2005. *Seguridad Ciudadana: concepciones y políticas*. Venezuela: Nueva Sociedad y Friedrich Ebert Stiftung.
- PAIXÃO, Antônio Luíz & BEATO, Cláudio C. 1997. “Crimes, vítimas e políticas”. *Tempos Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 9, n. 1, maio.
- PANDOLFI, Dulce et.al (org). 1999. *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- PIERUCCI, Antônio Flávio et. al. 1982. *Comunidades Eclesiais de Base: origens e primeiros desenvolvimentos*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, SP, n. 2, p. 48-53, 1982.
- PRANDI, Reginaldo e SOUZA, A.R. 1996. “A carismática despolitização da igreja católica”. In: Pierucci, A. Flávio e Prandi, Reginaldo (orgs). *A Relaidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- TORRES, Haroldo da Gama et al. 2003. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. In : *Estudos Avançados* 17 (47), pp 01 -32.
- WACQUANT, Loic. 2007. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Revan.
- ZALUAR, Alba. 1994. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____. 2000. *A máquina e a Revolta*. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 2004. “Crime, medo e política”. In: Zaluar, A e Alvito, M. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 4 edição. 4ª reimpressão.